AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO: INCLUSÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL ESPERANÇA VIVA

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO

AUTOR: DANIEL CANDIOTO

RESUMO: Em um mundo ameaçado pelas mudanças climáticas, redução da biodiversidade, acúmulo de lixo, poluição ambiental em diversos aspectos etc., o indivíduo pode ser parte do problema ou da solução. Para ser parte da solução, em benefício do planeta e de si próprio, com desenvolvimento e sustentabilidade social, ambiental e econômica, a sociedade deve reconhecer e respeitar seus biomas, valorizar os benéficos aspectos positivos que os ecossistemas e a natureza proporcionam para a sociedade e para o planeta todo, avançar na substituição das energias fósseis pelas renováveis, aproveitar oportunidade da descarbonização do ambiente etc. A atual questão ambiental evidência, antes de tudo, uma crise da própria civilização. Não é o meio ambiente que está em desordem, mas sim a própria sociedade. O objetivo deste trabalho é destacar a Importância da Educação Ambiental para a Sustentabilidade que se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, mediante um processo participativo permanente que procura incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental. O desenvolvimento sustentável ocorre a partir de uma lógica que satisfaça as necessidades do presente, sem comprometer a

capacidade de suprir as necessidades das gerações futuras, pois o saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção da própria vida humana na Terra.

Palavras-chave: Conscientização. Educação Ambiental. Sustentabilidade

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre Educação Ambiental e sustentabilidade constitui um aspecto fundamental na busca por um futuro sustentável, onde cada pessoa se torna um agente ativo e consciente dos desafios relacionados à conservação do meio ambiente. A conscientização acerca das questões ambientais se intensifica diante da crise gerada por um modo de vida que prioriza a exploração insustentável dos recursos naturais.

Nesse contexto, a confluência entre a educação e a sustentabilidade, sugerida por teóricos como Michel Foucault, ressalta a relevância de uma abordagem que transite de uma análise exclusivamente temporal para uma reflexão sobre o espaço e as relações sociais que nele se formam. Dessa forma, emerge a demanda por criar uma abordagem de ciência educativa escolarizada, que favoreça a elaboração de conhecimentos interdisciplinares, aptos a integrar diversos saberes na procura de soluções eficientes para os desafios ambientais atuais.

A ideia de desenvolvimento sustentável, amplamente reconhecida a partir do Relatório Brundtland de 1987, ressalta que a satisfação das demandas contemporâneas não deve prejudicar a habilidade de suprir as necessidades das gerações futuras. Esse princípio se conecta à necessidade premente de modificar as práticas sociais e educacionais, como indicado por pesquisadores como Philippi Jr. et al. O papel da educação se torna claro, não apenas como um instrumento de transmissão de saber, mas como um agente de transformação social que deve abranger todos os setores da comunidade. A complexidade das questões ambientais demanda uma estratégia variada e integrada, que inclua desde a conscientização e

entendimento dos sistemas naturais até a promoção de uma cidadania proativa, onde cada pessoa reconhece sua responsabilidade e seu papel na busca pela sustentabilidade.

A sugestão da UNESCO, determinada após a Conferência de Belgrado em 1975, reafirma a educação ambiental como fundamental para moldar uma sociedade global ciente e envolvida, habilitada para enfrentar os desafios do século XXI. É fundamental que a educação ambiental esteja integrada de maneira eficiente nos currículos escolares, incentivando práticas de inclusão social e ambiental, para que todos possam participar, independentemente de suas condições sociais, físicas ou cognitivas. Isso se torna ainda mais pertinente ao levar em conta a variedade de realidades e a necessidade de que as instituições educacionais cultivem uma cultura de inclusão, aceitando e valorizando todas as vozes e vivências.

Portanto, estas considerações sobre a educação ambiental e a inclusão social devem ser entendidas como uma necessidade premente, em um contexto global que requer respostas instantâneas e eficientes. A edificação de um amanhã sustentável requer, de modo imperativo, a cooperação conjunta, o fortalecimento das comunidades e a criação de espaços de aprendizado relevantes que entrelacem a teoria e a prática em um ciclo incessante de conscientização e atividade. A Escola Municipal Esperança Viva se apresenta, portanto, como um ambiente favorável para a implementação dessas abordagens, capacitando seus estudantes a lidar com os desafios ambientais e sociais de forma unificada e consciente. As escolas, na totalidade, passo a passo, precisam se colocar como um bem primordial nestes aspectos abordados. Assim, será necessária a implementação de programas capazes de promover a importância da Educação Ambiental, a importância da adoção de práticas que visem à sustentabilidade e a diminuição de qualquer impacto que nossas atividades tenham no ecossistema que nos cerca e nos mantém.

2 REFERENCIAL TEÓRICO/DESENVOLVIMENTO

Para a discussão do assunto, é fundamental permear as análises sobre Educação Ambiental. Este tema pode ser compreendido como a abordagem em que cada indivíduo pode assumir e desenvolver a função de participante central do processo de ensino/aprendizagem. Os problemas ambientais desafiantes surgem devido ao prejudicial estilo de vida que a sociedade adotou, onde a sobrevivência humana "exige" e resulta em um uso excessivo dos recursos naturais, culminando em uma crise. Foucault (1986) vê a necessidade de aliar Educação Ambiental e Sustentabilidade. Segundo este autor, é necessário transitar de uma análise temporal para uma abordagem espacial da sociedade. As questões ambientais reclamam por uma nova concepção de ciência que permita a construção de saberes conjuntivos através da exploração dos limites e das fronteiras que, simultaneamente, apartam e aproximam as disciplinas. O desenvolvimento sustentável ocorre a partir de uma lógica que satisfaça as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade e as necessidades das gerações futuras, pois o saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção da própria vida humana na Terra. Este comentário reflete a definição clássica de desenvolvimento sustentável, popularizada pelo Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento da ONU. O relatório, intitulado "Nosso Futuro Comum", enfatiza a importância de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem suas próprias necessidades. A citação é fundamentalmente alinhada com os princípios estabelecidos por essa comissão.

Philippi Jr et al.(2002, p. 42) coloca que: de fato, meios já existem, mas falta, evidentemente, mais educação: educação do empresário, para não despejar o resíduo industrial nos rios; educação dos investidores imobiliários, para respeitarem as leis de zoneamento e orientem os projetos de modo a preservar a qualidade de vida do povo;

educação dos comerciantes, para que não se estabeleçam onde a lei não permite e comprovem a conivência de autoridades públicas para a continuação de suas práticas ilegais, educação do político, para que não venda leis e decisões administrativas, para não estimular nem acoberte ilegalidades, para não fazer barganhas contra os interesses do povo; educação do povo, para tomar consciência de que cada situação danosa para o meio ambiente é uma agressão aos seus direitos comunitários e agressão aos direitos de cada um.

O meio ambiente exige mudanças drásticas e imediatas. Medidas devem ser implementadas para ocorrer transformações significativas em períodos mais curtos. Ações para o pleno desenvolvimento humano e do meio ambiente, como a implementação de programas capazes de promover a importância da Educação Ambiental, a adoção de práticas que busquem a sustentabilidade e a redução de qualquer impacto que nossas atividades possam ter no ecossistema que nos cerca e nos sustenta. Por meio de um debate amplo e profundo sobre nossas necessidades e um correto entendimento de que a maneira como atuamos hoje nos levará à destruição e ao aniquilamento; será necessária uma mudança de paradigma e, com isso, a introdução de um desenvolvimento sustentável em todas as esferas: política, econômica, social e, principalmente, ambiental.

A expansão do Programa de Educação Ambiental e sustentabilidade é sem dúvida requisito de primeira necessidade. Leff (2001, p.61/62), afirma que a escola é um dos elementos para que a Educação Ambiental se efetive. As instituições de ensino devem disponibilizar abordagens eficazes para a compreensão dos fenômenos naturais, as intervenções humanas e suas repercussões para a própria espécie, para os demais seres vivos e para o ambiente.

Considerando a Educação Ambiental como sendo um processo contínuo e cíclico, o método utilizado pelo Programa de Educação Ambiental para desenvolver os projetos e os

cursos de capacitação conjuga os princípios gerais básicos da Educação Ambiental (Smith, apud Sato, 1995).

Os Princípios Gerais da Educação Ambiental podem ser expressos assim:

• Sensibilização: processo de alerta, é o primeiro passo para alcançar o pensamento sistêmico;

• Compreensão: conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem os sistemas naturais;

• Responsabilidade: reconhecimento do ser humano como protagonista;

• Competência: capacidade de avaliar e agir efetivamente no sistema;

• Cidadania: participar ativamente, resgatar direitos e promover uma nova ética capaz de conciliar o ambiente e a sociedade.

As finalidades dessa educação ambiental foram estabelecidas pela UNESCO, logo após a Conferência de Belgrado (1975), e são as seguintes:

> Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente, com os problemas a ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individual e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam.

O desenvolvimento sustentável pode ser definido como aquela abordagem, conceito ou princípio orientador, que busca atender às demandas do presente, sem prejudicar a habilidade de atender às necessidades das próximas gerações, como nossos filhos e netos.

> De acordo com a ideia de Philippi Jr et al. (2002, p. 28), onde não há legislação de uso e ocupação do solo, nem legislação ambiental,

> certamente haverá poluição do ar e água, distribuindo doenças pela comunidade afora. Sim, pois estas contaminações podem alcançar outras regiões e territórios, via águas dos rios e represas, via chuva ácida, afetando plantações e águas subterrâneas, enfim a qualidade de vida, pois não há controle. A economia, por sua vez, passará a responder com a fragmentação humana, em que algumas áreas desenvolvem-se e seus mercados florescem com a globalização, e outras permanecem em estado de atraso.

Pode-se afirmar que um sistema sustentável somente será viável através do avanço intelectual e até mesmo espiritual do ser humano, além de incorporar a Educação Ambiental em cada comunidade, para que se tornem, uma a uma, sustentáveis e em que a interação com a natureza seja de convivência harmoniosa e não de exploração.

> De acordo Mello Filho (1999), os problemas ambientais continuaram se multiplicando, em função do modelo de desenvolvimento econômico (capitalista-industrialista), através da anarquia na exploração e gestão dos bens comuns da humanidade por parte de atores políticos e econômicos, orientados por uma racionalidade individualista e instrumental.

É possível entender que sustentabilidade ambiental se refere à habilidade do sistema de manter sua condição estável ao longo do tempo, de modo a integrar a questão da interação entre o ser humano e a natureza. Também, sustentabilidade pode ser entendida como um procedimento que deve englobar a sociedade de forma integral, sem deixar de fora nenhum aspecto físico, mental ou espiritual deste processo de mudança. Essa integração é essencial para que, por fim, se realize o progresso, partindo da sustentabilidade.

Gadotti (2008) aborda a relação da educação com a sustentabilidade a partir de uma visão holística, afirmando ser necessária a construção de um novo paradigma, um paradigma holístico. Para o autor, a "sustentabilidade é o sonho de bem viver[...] é harmonia entre os diferentes[...] como um modo de vida de bem-estar e de bem viver para todos[...] um modo de vida justo, produtivo e sustentável" (ibid., p. 75-76).

Desenvolvimento sustentável realmente eficaz precisa assegurar oportunidades de integração da pessoa com deficiência e marginalizada a fim de possibilitar sua participação efetiva na sociedade, sob diferentes aspectos, deve ser a preocupação do estado e de todos os meandros da sociedade. O objetivo deve ser trazer o considerado "anormal" para perto dentro da "zona da normalidade". Aí entra a escola como um espaço produtivo para educação ou melhoramento das condutas exclusivistas. Rech (2010) diz que, para que esse reconhecimento aconteça de maneira "natural", a população precisa ser "educada", "governada", para o reconhecimento do sujeito considerado "anormal" e para o convívio com ele sem estranhamento. O objetivo, então, é tornar a sociedade apta a aceitar a presença da "anormalidade". É importante citar e comentar a "Carta para o Terceiro Milênio", publicada em 1999, estabelecendo o objetivo de reconhecer e proteger os direitos humanos de cada pessoa em qualquer sociedade e ressaltando a preocupação com os direitos humanos básicos das pessoas com deficiência. Se observa na carta a preocupação que o estado-nação deve ter para garantir e buscar a plenitude dos direitos dessas pessoas principalmente em relação a processos de reabilitação, para garantir e propiciar o bem-estar físico, mental e funcional desses sujeitos, assegurando, assim a capacidade para administrarem sua vida com independência, como faz qualquer outro ser humano.

Percebe-se então que a inclusão pode ser definida como a regra da não exclusão. Assim, o imperativo da inclusão, potencializa a participação de todos, no espaço, independente da sua situação social, econômica, religiosa, física, de nacionalidade etc. Isto

contribui ou cria benefícios para toda a sociedade. Sustentabilidade e inclusão são ativas práticos para promover o justo social e econômico.

A atualidade precisa interessar-se pela inclusão, porque, quanto maior a participação dos indivíduos nos espaços sociais, culturais, políticos, econômicos etc., será melhor, já que o que se espera e deseja é um humano maleável, ou seja, um sujeito capaz de conduzir-se bem por diferentes formas e adaptar-se facilmente as constantes transformações da sociedade.

2.1 Colaborações com Instituições Locais:

Para efetuar a inclusão social e favorecer a sustentabilidade em uma instituição de ensino, é uma tarefa que demanda vários aspectos e a cooperação de toda a comunidade escolar. Então, para ampliar o impacto do programa de educação ambiental, sustentabilidade e inclusão social, a Escola Municipal Esperança Viva pode aplicar algumas táticas, como, por exemplo: formar associações com ONGs e organizações que atuam na área de sustentabilidade e meio ambiente. Esses grupos podem disponibilizar oficinas, palestras e materiais educativos complementares. Estas parcerias ajudam a escola na missão de ensinar. O esforço para tanto, exige raciocínio, paciência e uma visão do todo para chegar ao resultado pretendido. Uma instituição de ensino que procura aliados para assegurar que todos os estudantes adquiram conhecimento também precisa identificar as conexões que promovam o aprimoramento de sua rede de ensino e aprendizagem. Antes de tudo, a primeira parceria é entre o gestor e suas equipes. “Todos têm de estar em sintonia quanto aos propósitos e objetivos da escola”, afirma Maria das Graças Fernandes Branco, supervisora de ensino e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Parcerias exigem que a equipe gestora da escola esteja preparada para ser protagonista. Observando que é necessário levantar dados, elaborar projetos consistentes com a realidade, escolher parceiros certo, prepare-se para encontros e discussões, investir tempo para avaliar**,** explicitar como

serão medidos e divulgados os resultados, ter iniciativa**,** prever os possíveis problemas e que tenha planos para resolvê-los.

2.2 Eventos Comunitários:

Planejar eventos como exposições científicas e atividades ao ar livre que incentivem a participação de toda a comunidade. Essa interação contribui para conscientizar e instruir os habitantes sobre hábitos sustentáveis. Como, por exemplo: os estudantes realizarem teatro na escola; ONG ou empresa que ofereça cursos para quem trabalha em áreas de risco; campanha de plantio de árvores em áreas degradas; minicursos sobre compostagem, cultivo de hortas urbanas, economia circular, eficiência energética; jardim comunitário onde os membros da comunidade podem cultivar suas próprias plantas, aprender sobre jardinagem sustentável e sobre a importância dos alimentos orgânicos; exposição de invenções sustentáveis, onde estudantes, inventores e entusiastas podem mostrar suas inovações que promovem a sustentabilidade; dia da limpeza comunitária onde a comunidade se reúne para limpar parques, praias ou áreas verdes; caminhada ecológica; feira de sustentabilidade e tantas outras.

2.3 Voluntariado e Projetos Comunitários:

Estes tipos de ações podem trazer grandes benefícios para os indivíduos que participam, tais como: desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e de comunicação, conhecimento de pessoas que compartilham das mesmas causas, aumenta a rede de amigos, melhora o currículo dos alunos, conhece novos lugares e percebe novos desafios a ser enfrentado. Então, criar programas de voluntariado onde alunos e famílias possam se envolver em projetos fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade ambiental.

2.4 Outras Práticas no Currículo:

Educação Financeira Verde: Instruir os estudantes sobre economia sustentável, incluindo maneiras de conservar recursos e aplicar práticas que beneficiam o meio ambiente.

Oficinas de Energia Renovável: Incluir temas e oficinas sobre energia solar e eólica, apresentando opções de energia para diminuir a dependência de fontes não renováveis.

Gestão de Resíduos: Instruir sobre métodos de diminuição, reaproveitamento e reprocessamento de materiais, assim como incentivar a formação de compostagem nas instituições de ensino, para que os estudantes se familiarizem com a administração de resíduos sólidos.

Consumo Consciente: Fomentar discussões e ações que incentivem os estudantes a pensarem sobre seus hábitos de consumo, a relevância de escolher produtos sustentáveis e duradouros, além da seleção de marcas que respeitam o meio ambiente.

3. Tecnologias Educacionais:

São quaisquer ferramentas, recurso ou equipamento que auxiliam o processo de ensino-aprendizagem ou a gestão escolar. Ela pode ser física, digital, offline ou online. Academicamente falando, as tecnologias educacionais incluem tanto os materiais didáticos tradicionais (livro físico, quadro negro e transferidor, por exemplo) quanto os recursos educacionais digitais (como e-books, videoaulas, games e testes online), e as "**novas tecnologias educacionais**", que são as ferramentas digitais utilizadas pelas escolas de hoje em resposta à transformação digital e às novas exigências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

3.1 Alguns exemplos de tecnologias digitais educacionais: Sala Virtual de Reunião, Ambiente Virtual de Aprendizagem (Ava), Plataforma Educacional, Lousa Digital, Mesa Educacional, Games Educacionais, LEGO® Education, Realidade Virtual e Realidade Aumentada, Livros Digitais, Plataformas de Ensino à Distância (EaD), Recursos Educativos Abertos (REA), Ferramentas de Colaboração Online, Aplicativos como Google Docs, Trello e Padlet, Sistemas de Gestão de Aprendizagem (LMS), Aplicativos Móveis Educacionais como Duolingo (Para Aprender Idiomas) e Khan Academy, Inteligência Artificial, Webinars e Videoconferências como Zoom e Microsoft Teams

3.2 Por que utilizar as Novas Tecnologias Educacionais?

Porque são mais interativas e têm elevado potencial de envolvimento, são mais adaptáveis, variadas e ágeis. Oferecem atualizações mais rápidas e menos burocráticas, desenvolvem habilidades e competências digitais, favorecem um ensino personalizado e adaptável, facilitam a inclusão de alunos com deficiências, incentivam a autonomia e a participação ativa dos estudantes, muitas geram automaticamente dados sobre o aprendizado, automatizam tarefas administrativas e a correção de avaliações

3.3 Superação das Limitações de Infraestrutura Tecnológica:

A escola pode adotar as seguintes abordagens: para alcançar essa meta, a administração escolar e a equipe de professores precisam colaborar de maneira síncrona, elaborar planejamento estratégico, qualificação dos professores, precisa entender e atentar para o que apregoa a nova Base Comum Curricular para o Ensino Básico no Brasil, estimular a utilização de locais comunitários como bibliotecas e centros culturais que disponibilizem internet, para que os estudantes possam aproveitar a tecnologia além do ambiente escolar, formar parcerias com organizações de tecnologia para obter doações de equipamentos, ou até

mesmo programas de mentoria, onde colaboradores visitam a escola para fornecer apoio, priorizar estratégias de baixo custo com uso de recursos Open Source, capacitar professores e alunos para utilizar software e plataformas educacionais de código aberto que não exigem licenças caras, implementar um programa de "tutores digitais" onde estudantes mais experientes auxiliam aqueles com menores habilidades tecnológicas, promovendo um ambiente de aprendizagem cooperativa.

4. Desigualdade Social e Inclusão.

Ao refletirmos sobre uma sociedade mais equitativa e sustentável, é fundamental levar em conta os imensos desafios da inclusão, em escala global. As políticas de inclusão são essenciais, pois a exclusão é sistêmica. A inclusão é um procedimento que leva em conta, e fundamentalmente, a intervenção nas realidades sociais, nas estruturas excludentes presentes.

Quando nos referimos à inclusão, concordamos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e também com a Constituição Federal de 1988, que estabelece direitos que devem abranger todas as pessoas, sem exceção.

Diversos grupos sociais ficaram à margem da sociedade, como os povos indígenas, deficientes físicos e deficientes mentais, portadores de comorbidades neurológicas e portadores de necessidades especiais, por questões de homossexualidade e a transexualidade, pessoas de baixa renda e em algumas culturas a exclusão por questões políticas e religiosa. Marginalização de pessoas é um fator de atraso para as sociedades. Quando uma sociedade possui um alto índice de exclusão social, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dessa sociedade fica prejudicado, pois, menor é a expectativa de crescimento social, menor expectativa de vida, desemprego, falta de moradia, de saneamento básico, de saúde pública, deficiência no transporte, sociedades mais violentas e mais corrompidas pelo crime, etc.

Então, a escola pode ser a base para o enfrentamento dessas questões. A escola pública e privada deve ser equipada para atender pessoas com deficiências e sociedade marginalizada, em todos os aspectos. De acordo com a Lei 13.146/2015, chamada Lei Brasileira de Inclusão, todas as instituições de ensino, privadas, públicas ou conveniadas, devem adequar-se para receber alunos com qualquer tipo de deficiência e garantir a sua manutenção e aprendizado efetivo.

4.1 Medidas para Reduzir a Desigualdade Social:

a) Integração de Aulas e Apoio Psicológico com a Comunidade: Realizar oficinas que instruam os pais sobre a relevância da educação e ofereçam ferramentas para enfrentar os desafios que possam afetar o rendimento escolar de seus filhos.

b) Programas de Intercâmbio de Conhecimento: Organização de atividades nas quais estudantes podem trocar saberes e competências com novos colegas ou familiares, promovendo um sentimento de coletividade e apoio mútuo.

c) Expansão do Programa de Reforço Escolar: uma estratégia abrangente e integrada para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos.

d) Atendimento Personalizado: Incorporar uma estratégia de ensino personalizada que reconheça áreas específicas de dificuldade e forneça um apoio individualizado.

e) Utilização de Tecnologias para Reforço: criar plataformas digitais nas quais os estudantes possam acessar recursos de aprendizado e atividades interativas em seu próprio ritmo, favorecendo um aprendizado mais independente.

f) Cotas: em universidades públicas e concursos públicos para negros e indígenas oriundos de escolas públicas e para estudantes de escolas públicas, em geral.

g) Inclusão: de deficientes físicos ou portadores de atrasos cognitivos em escolas regulares.

h) Programas de assistência social: às pessoas de baixa renda e às pessoas em situação de vulnerabilidade social, como moradores de rua.

i) Programas de profissionalização: para jovens oriundos de famílias carentes.

j) Programas de assistência: psicossocial, profissionalização de homossexuais, transexuais e travestis.

l) Acessibilidade: para portadores de necessidades especiais, como cegos, surdos e cadeirantes, em espaços públicos ou espaços coletivos geridos pela iniciativa privada, além da acessibilidade em calçadas e passarelas do passeio público.

5. Liderança e Mudança Escolar:

Quando o objetivo comum é melhorar os resultados educacionais dos estudantes, a liderança torna-se propriamente educacional. Assim, como apontam os pensadores, a liderança escolar é a prática da melhoria, e os líderes escolares bem-sucedidos são aqueles que conseguem melhorar a qualidade da prática pedagógica. A liderança procura engajar toda a experiência presente na organização, ao invés de procurá-la em uma posição ou função formal. A liderança pensa e age com o intuito de estabelecer metas e expectativas, gerir estrategicamente os recursos, planejar, coordenar e avaliar o ensino e o currículo, promover e participar da capacitação e do desenvolvimento profissional dos professores, garantir um ambiente organizado e de apoio. Dessa forma, lideranças educacionais eficazes promovem estratégias integradas de administração pedagógica e transformacional.

5.1 Características de uma Liderança Transformacional:

I - Empoderamento Colaborativo: O gestor (a) criam um ambiente onde todos os funcionários se sintam reconhecidos.

II - Visão Inspiradora: Tornar-se uma líder que expressa de maneira clara a relevância das transformações sugeridas.

III - Empatia e Apoio: Esses líderes demonstram empatia e se preocupam com o bem-estar de seus colaboradores.

IV - Estimulação Intelectual: Incentivam a criatividade e a inovação.

V - Modelo a Seguir: Eles agem como modelos de comportamento.

VI - Capacitação: Promovem o desenvolvimento e a capacitação dos membros da equipe.

VII - Comunicação Aberta: Mantém canais de comunicação abertos e transparentes, onde o feedback é bem-vindo e encorajado.

VIII - Foco em Resultados: Embora valorizem o processo, líderes transformacionais também são orientados a resultados, incentivando a equipe a alcançar metas e a superar expectativas.

IX - Resiliência e Adaptabilidade: Eles demonstram resiliência diante de desafios e mudanças.

X - Desenvolvimento Contínuo: Encorajem aprendizado e desenvolvimento contínuos.

6 Engajamento dos Professores:

Para que isso ocorra de forma satisfatória é necessário oferecer programas de formação e desenvolvimento profissional continuo, proporcionar autonomia para inovação, implementar práticas de reconhecimento, promover colaboração e trabalho em equipe, manter feedback aberto, transparente e contínuo, implementar iniciativas que promovam o bem-estar físico e emocional dos professores, influenciar todos os professores a participarem nas decisões, reduzir a carga burocrática, fornecer ferramentas tecnológicas e recursos que

ajudem os professores a inovar em suas práticas educativas, criar um clima escolar positivo, onde todos se sintam respeitados e valorizados.

7 Conclusão

Ao concentrar o olhar nas pesquisas referente a Educação Ambiental, sustentabilidade e inclusão social fui percebendo que a recorrência do termo sustentável dentro dos discursos educacionais, sociais e ambientais, decorrentes de uma perspectiva maior, a ideia de sustentabilidade vem agilizando estratégias que focam o imperativo da inclusão a partir de sua articulação pela sociedade e instituições responsáveis como no caso o Estado. Não podemos ficar reféns da dinâmica neoliberal, é fundamentalmente imprescindível produzir a permanência e a produtividade em uma escala sustentável que garanta o desenvolvimento e a segurança dos povos.

A intersecção entre Educação Ambiental e Sustentabilidade se revela essencial para o enfrentamento dos desafios ambientais contemporâneos. Este estudo evidenciou que a educação precisa ir além da simples transmissão de informações, transformando-se em um instrumento de mudança social que capacita indivíduos e comunidades a adotarem comportamentos voltados para a conservação e a responsabilidade em relação ao meio ambiente. A necessidade urgente de promover educação e conscientização crítica sobre as tais questões é mais que simples responsabilidade, é uma condição essencial para capacitar indivíduos e comunidades a tomarem decisões informadas e a se engajarem em ações que promovam a justiça social e a sustentabilidade ambiental, especialmente diante das crises climáticas e sociais que vivenciamos. A formação de uma consciência ambiental coletiva necessita de uma abordagem abrangente que, como ressaltado, deve ser integrada de maneira eficaz nas instituições de ensino e nos currículos educacionais, promovendo um aprendizado colaborativo e inclusivo.

As instituições de ensino, enquanto ambientes de aprendizado e reflexão, desempenham uma função essencial na preparação das gerações futuras, reconhecendo e apreciando a pluralidade de perspectivas e vivências dos estudantes. Programas de Educação Ambiental, de sustentabilidade, de inclusão social devem, assim, ser colocados em prática de maneira planejada, envolvendo a comunidade escolar, organizações locais e abordagens inovadoras que consigam envolver todos os participantes. Além disso, a integração social ou inclusão social deve ser um fundamento essencial nas ações de sustentabilidade. A ascensão de uma comunidade que aprecia a diversidade e que reconhece e respeita os direitos de todos os seus integrantes é basilar para a consolidação da união social e para o desenvolvimento de um amanhã mais justo e durável.

Por fim, é claro que a transformação de paradigma necessária para obter a sustentabilidade depende não apenas da sensibilização das pessoas, mas também do esforço recíproco e da adoção de políticas públicas que de sustentação a justiça social e a proteção do meio ambiente. Assim, a Educação Ambiental emerge não apenas como uma necessidade, mas como um compromisso ético e moral para com as futuras gerações, garantindo que o desenvolvimento sustentável não seja uma aspiração, mas uma realidade vivenciada por todos. Ao integrar eficazmente a Educação Ambiental nos sistemas educacionais, criamos uma base sólida para a formação de cidadãos comprometidos com a construção de um mundo sustentável e inclusivo.

Referencias Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 oct. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal>. Acesso em: 23 oct. 2024.

GADOTTI, Moacir. Educação e sustentabilidade: um desafio para o século XXI. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 75-76.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 61-62.

MELLO FILHO, Luiz Emygdio (org.). Meio ambiente e educação. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

PHILIPPI JR, Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (ed.). Meio ambiente, direito e cidadania. São Paulo: Signus Editora, 2002. p. 28, 42.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1997. p. 41.

Carta para o Terceiro Milênio - Assembleia Governativa da ... Instituto Paradigma, Pessoas Incluindo Pessoas. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/Biblioteca>. Acesso em: 23 oct. 2024.

BRANCO, Maria das Graças Fernandes. Supervisora de ensino e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).